

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 18, 19 e 20 de maio de 2024 • Nº 1806 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Santa Rita de Cássia

PÁGINA 3

FOLHA DE PAGAMENTO

Zanin susta por 60 dias ação sobre desoneração

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin decidiu nesta sexta-feira suspender, por 60 dias, o processo que trata da desoneração de impostos sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados municípios até 2027. O ministro atendeu ao pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), que foi chancelado pelo Senado, para suspender os efeitos da liminar proferida por ele no mês passado. Na petição apresentada na última quinta-feira, a AGU argumentou que o governo federal realizou um acordo na semana passada com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para restabelecer a reoneração da folha de forma gradual a partir de 2025. A suspensão permitirá a tramitação de projetos de lei que tratam da questão e de compensações financeiras para o governo federal. Ao autorizar a suspensão do processo, Zanin entendeu que a medida poderá garantir o diálogo institucional entre o Legislativo e o Executivo. "A busca pela solução dialogada favorece a realização do princípio democrático, permitindo-se que diversos atores participem do processo decisório", disse o ministro. **PÁGINA 3**

IBGE

Desemprego fica em 7,9%; taxa é a menor em 10 anos

A taxa de desemprego do país no primeiro trimestre de 2024 foi de 7,9%, uma queda de 0,9 ponto percentual na comparação com o mesmo trimestre de 2023 (8,8%), segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IB-

GE). A taxa é a mais baixa da série histórica do primeiro trimestre em 10 anos - até então, o menor índice tinha sido registrado no primeiro trimestre de 2014, com 7,2%. Na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, a taxa de desocupação caiu em 21 estados e no DF. **PÁGINA 2**

CADEIA NELES



CAROLINA ANTUNES

Inquérito do golpe está em 'via de conclusão', diz PGR

A investigação sobre a participação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) (**foto**) em um plano de golpe para se manter no poder, mesmo após a derrota nas eleições, está chegando ao fim. A informação é da Procuradoria-Geral da República (PGR) que, em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que o inquérito "encontra-se em via de conclusão". A Polícia Federal (PF) ouviu os principais in-

vestigados e analisou os documentos e dispositivos apreendidos na Operação Tempus Veritatis. Com isso, o caso caminha para o desfecho. O próximo passo é a apresentação do relatório final da investigação. A jornalista Andreia Sadi, do G1, divulgou primeiro a informação, confirmada pelo Estadão. O trecho da manifestação da PGR consta na decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF. **PÁGINA 5**

MEDICINA

Moraes derruba resolução do CFM contra aborto

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu nesta sexta-feira, uma resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que dificulta o aborto nos casos de estupro. O CFM proibiu um procedimento clínico chamado "assistolia fetal", antecede o aborto, em gestações com mais de 22 semanas, mesmo nas hipóteses autorizadas pela legislação, o que inclui casos de violência sexual. Esse procedimento induz a parada do batimento cardíaco do feto. **PÁGINA 5**

CORRUPÇÃO

ROGÉRIO SANTANA/GOVERNO DO ESTADO



Relator vota pela cassação de Cláudio Castro e do vice

O relator do caso que pode levar à cassação do governador Cláudio Castro (PL) (**foto**), desembargador Peterson Barroso Simão, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE), votou, na tarde desta sexta-feira, pela condenação do chefe do Executivo e de seu vice, Thiago Pampolha (MDB), por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022. Barroso Simão decidiu ainda pela condenação do presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União). **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA: -0,10% / 128.150,71 / -132,91 / Volume: R\$ 41.648.247.678 / Negócios: 3.571.561				Bolsas no mundo				Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo					
Maiores Altas				Maiores Baixas				Mais Negociadas				Ufir		IPCA		Compra: 5,6163 Venda: 5,7963	
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Fechamento	%	Compra: 5,1157	Venda: -0,22%		
3R PETROLEUMON NM	31.500	+7,14	+2.100	GERDAU PN ED N1	19,55	-2,54	-0,51	PETROBRAS PN N2	36,69	-1,66	-0,62	NASDAQ Composite	16.685,966	-0,07	Compra: 5,1013	Venda: 5,1019	
JBS ON NM	29,19	+2,60	+0,74	KLABIN SIA UNT N2	21,33	-2,25	-0,49	VALE ON NM	66,18	+1,96	+1,27	CAC 40	8.167,5	-0,26	Compra: 5,1422	Venda: 5,3222	
MARFRIG ON NM	11,52	+2,13	+0,24	LOJAS RENNERON NM	14,73	-1,73	-0,26	PETROBRAS ON N2	38,57	-1,83	-0,72	FTSE 100	8.420,26	-0,22			
EMBRAER ON NM	39,56	+2,30	+0,89	TOTVS ON NM	28,71	-1,58	-0,46	PETRORIO ON NM	48,12	+1,56	+0,74	DAX	18.704,42	-0,11			
TRAN PAULISTPN N1	26,19	+1,20	+0,31	YDUQS PART ON NM	12,90	-1,53	-0,20	ITAUNIBANCO PN N1	33,23	+0,03	+0,01	Ftse Mib	35.398,82	-0,03			

MERCADOS



Bovespa cai 0,1%, aos 128,1 mil pontos, mas sobe 0,43% na semana

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve mais um dia de variação contida, de menos de 800 pontos entre a mínima (127.696,11) e a máxima (128.463,70) da sessão desta sexta-feira, na qual iniciou aos 128.279,80 pontos. Ao fim, o índice lutou para preservar a linha dos 128 mil pontos e conseguiu fechar aos 128.150,71, em baixa de 0,1%, com giro a R\$ 24,0 bilhões em dia de vencimento de opções sobre ações. Na semana, avançou 0,43%, vindo de perda de 0,71% no intervalo anterior. No mês, sobe 1,77%, e, no ano, cai 4,5%.

Como nas duas sessões anteriores, o Ibovespa (Índice Bovespa) foi contido pela correção em Petrobras, que hoje caiu 1,83% na ON e 1,66% na PN, após retrações da ordem de 2% ontem e de 6%, anteontem, em ambos os papéis.

Assim, apesar de a semana ter sido bem difícil para Petrobras, Vale ON fechou nesta

sexta em alta de 1,96%, acumulando ganho de 2,94% no período e de 4,57% no mês - no ano, o papel da mineradora ainda recua 10,43%, enquanto os da Petrobras mostram ganhos entre 5,6% e 5,7% no mesmo intervalo. Na ponta do Ibovespa nesta sexta-feira, destaque para 3R Petroleum (+7,14%), JBS (+2,60%) e Embraer (+2,30%). No lado oposto, Gerdau (-2,54%, na mínima do dia no fechamento), à frente de Klabin (-2,25%), Eztec (-2,15%) e de Petrobras ON.

DÓLAR

O dólar à vista emendou o segundo pregão consecutivo de queda na sessão desta sexta-feira, e fechou na linha de R\$ 5,10, nos menores níveis em cerca de dez dias.

Com mínima a R\$ 5,101, à tarde, o dólar à vista encerrou o pregão em baixa de 0,55%, cotado a R\$ 5,102. A divisa encerra a semana com perdas de 1,09%, o que leva a desvalorização no mês a 1,74%.

IBGE

Desemprego fica em 7,9%; taxa é a menor em 10 anos

A taxa de desemprego do país no primeiro trimestre de 2024 foi de 7,9%, uma queda de 0,9 ponto percentual na comparação com o mesmo trimestre de 2023 (8,8%), segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa é a mais baixa da série histórica do primeiro trimestre em 10 anos - até então, o menor índice tinha sido registrado no primeiro trimestre de 2014, com 7,2%.

Na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, a taxa de desocupação caiu em 21 estados e no DF. As unidades da federação que registraram

menor nível de desocupados foram: Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Goiás e DF.

O crescimento na desocupação foi registrado em quatro estados: Rondônia (3,2% a 3,7%), Roraima (6,8% a 7,6%), Rio Grande do Sul (de 5,4% a 5,8%) e Mato Grosso do Sul (4,8% a 5%). Em Santa Catarina, a taxa se manteve estável em 3,8%.

"A trajetória de queda anual, que já vem sendo observada em outros trimestres, se manteve", analisa Adriana Beringuy, coordenadora de pesquisas por

amostras de domicílios do IBGE, em nota.

No primeiro trimestre de 2024, havia 1,9 milhão de pessoas que procuravam trabalho durante dois anos ou mais. Esse contingente se reduziu em 14,5% frente ao primeiro trimestre de 2023, quando 2,2 milhões de pessoas buscavam trabalho por dois anos ou mais.

A pesquisa também revelou aumento no rendimento médio real mensal habitual que, no trimestre encerrado em março, foi de R\$ 3.123. No mesmo trimestre do ano passado, esse valor era R\$ 3.004.

GÊNERO E RAÇA

As taxas de desocupação seguem maiores para mulheres, pessoas pretas e pardas e aque-

las com o ensino médio incompleto. Todos esses grupos ficaram acima da média nacional (7,9%). No primeiro trimestre, essa taxa foi estimada em 6,5% para os homens e 9,8% para as mulheres.

Quando analisada a taxa de desocupação por cor ou raça, a dos que se declararam brancos (6,2%) aparece abaixo da média nacional, enquanto a dos pretos (9,7%) e a dos pardos (9,1%) ficaram acima.

Já na análise por nível de instrução, a taxa de desocupação para as pessoas com ensino médio incompleto era de 13,9%. Para os que tinham superior incompleto, a taxa foi de 8,9%, mais que o dobro da verificada para o nível superior completo (4,1%).

JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal valida geolocalização como prova de hora extra

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) cassou, por maioria, uma liminar que impedia o Banco Santander de usar provas de geolocalização para comprovar a jornada de um bancário de Estância Velha (RS). O colegiado entendeu que a prova é "adequada, necessária e proporcional" e não viola o sigilo de dados do cidadão.

O ministro Amaury Rodrigues, relator do recurso, considerou a geolocalização do aparelho celular adequada como prova, porque permite saber onde estava o empregado durante o período no qual ele alegou estar trabalhando. Para ele, a medida é proporcional por ser feita com o "menor sacrifício possível ao direito à intimidade".

ENTENDA

O bancário ajuizou ação em 2019 pedindo o pagamento de horas extras. O banco, por sua vez, disse que o empregado ocupava cargo de gerência e não es-

tava sujeito ao controle de jornada. Por isso, pediu ao juízo de primeiro grau a produção de provas de sua geolocalização nos horários em que ele alegou cumprir horas extras, para comprovar "se de fato estava ao menos nas dependências da empresa".

A Justiça determinou que o empregado informasse o número de seu telefone e a identificação do aparelho para informar as operadoras de telefonia. Caso ele não atendesse à ordem, seria aplicada a pena de confissão.

O trabalhador recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, alegando violação do seu direito à privacidade, e ressaltou que os horários de finais de semana ou feriados não foram protegidos na determinação.

O Santander, por sua vez, sustentou que a geolocalização se restringiria ao horário em que o empregado afirmou que estaria prestando serviços. O TRT, então, cassou a decisão e o banco recorreu ao TST.

Nota

SUSEP PARA POR 30 DIAS PRAZOS DE PROCESSOS SANCIONADORES PARA SEGURADORAS DO RS

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) aumentou prazos e suspendeu entregas de materiais regulatórios para seguradoras sediadas no Rio Grande do Sul diante do estado de calamidade pública pelo qual o Estado passa. "Nós suspendemos por 30 dias os prazos de processos administrativos sancionadores para as supervisionadas que são sediadas no Rio Grande do Sul", afirmou a diretora de Organização de Mercado e Regulação de Conduta da Susep, Jéssica Bastos. A autarquia promove nesta sexta-feira um webinar para tratar do papel do setor para a proteção financeira nas enchentes que o Estado enfrenta. A Susep também suspendeu, para as empresas sediadas no RS, entregas regulatórias que não são fundamentais, porque as sedes de algumas empresas foram afetadas pelas chuvas. Bastos disse que a Susep tem orientado as seguradoras para que reforcem as equipes no Rio Grande do Sul, não apenas para o fluxo dos sinistros, mas também para o atendimento ao público de forma geral.

DANIELA AMORIM/AE

O rendimento médio real, habitualmente recebido no trabalho principal, alcançou um recorde de R\$ 3.033 no primeiro trimestre de 2024. As mulhe-

res trabalhadoras, porém, permanecem recebendo apenas 80% do salário médio dos homens.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua),

apurada desde 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Considerando apenas a renda habitual obtida do trabalho principal (e não de todos os trabalhos), o rendimento médio al-

cançou patamar recorde no primeiro trimestre de 2024 tanto para os homens, R\$ 3.323, quanto para as mulheres, R\$ 2.639.

Ou seja, o homem recebe cerca de 26% a mais que a mulher em seu emprego principal.

FAZENDA

Medidas para 'repor' desoneração da folha saem na próxima semana

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A equipe econômica anunciará, na próxima semana, medidas para compensar a perda de receitas com o acordo que manteve a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e para pequenos municípios este ano, informou nesta sexta-feira o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, o governo ainda está analisando o impacto sobre os cofres públicos.

"Isso (as medidas compensatórias) vai ser anunciado semana que vem, quando a medida que apresentamos para o presidente for devidamente processada na Casa Civil. Estamos fazendo análises de impacto neste momento", disse Haddad a jornalistas no Ministério da Fazenda.

Na semana passada, Haddad e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, anunciaram um acordo para superar o impasse em torno da prorrogação da de-

soneração da folha de pagamento. O benefício será mantido este ano, sendo reduzido gradualmente até 2028, quando os 17 setores da economia voltarão a pagar a alíquota de 20% da folha, como os demais segmentos. O acordo custará R\$ 7,2 bilhões este ano.

Em relação à desoneração da contribuição à Previdência Social dos pequenos municípios, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse, na quinta-feira, que o Executivo, o Legislativo e as entidades de prefeitos estão perto de um acordo, que também prevê a retomada gradual das alíquotas a partir de 2025. O acordo deverá ser anunciado também na próxima semana.

Sobre o cumprimento da meta de zerar o déficit primário - resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública - este ano, Haddad manteve o compromisso de perseguir o alvo fiscal. Segundo o ministro, o governo tem agido para melho-

rar o quadro fiscal por meio de medidas de aumento de arrecadação "e não mudará a meta, mesmo com os gastos extras em relação ao Rio Grande do Sul constituindo um novo desafio".

Apesar da negociação com o Congresso sobre a desoneração da folha, o ministro disse que o país vive sob um regime democrático e que cabe ao Executivo encontrar alternativas para manter a meta estabelecida pelo novo arcabouço fiscal.

ORÇAMENTO

O ministro Haddad disse não acreditar que haverá novo contingenciamento (bloqueio temporário) no Orçamento. "Eu acredito que não. Ainda estamos fechando o bimestre", declarou Haddad.

Na próxima quarta-feira, o Ministério do Planejamento divulgará a nova edição do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que define a execução do Or-

çamento, com base nas novas estimativas de arrecadação e de gastos.

RIO GRANDE DO SUL

Sobre um eventual impacto da ajuda ao Rio Grande do Sul sobre o Orçamento, o ministro da Fazenda disse que as medidas afetarão menos o resultado primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública) que o volume global. Isso porque a maior parte dos recursos virá do adiamento de tributos, de linhas especiais de crédito e da renegociação da dívida do estado.

"A renegociação da dívida não tem impacto primário, não afeta o primário. O Minha Casa, Minha Vida terá impacto primário. As medidas de crédito anunciadas na próxima semana não terão. O impacto primário [de créditos extraordinários] da calamidade é extra teto, não afeta a execução orçamentária em relação ao país", justificou Haddad.

EXPORTAÇÃO

Lesoto vai comprar carne de aves do Brasil

ISADORA DUARTE/AE

O Brasil poderá exportar carne de aves para o Lesoto, localizado no centro-leste da África do Sul, informaram o Ministério da Agricultura e o

Ministério das Relações Exteriores, em nota conjunta. A abertura de mercado foi comunicada nesta sexta-feira, pelo Reino do Lesoto ao governo brasileiro.

Segundo o Ministério da

Agricultura, as negociações para o acordo começaram em novembro do ano passado.

O Lesoto importa em torno de 8 mil toneladas de carne de aves por ano, segundo dados do Ministério.

O Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango, somando 5 milhões de toneladas e US\$ 9,61 bilhões em 2023.

No ano, o Brasil conquistou 43 novos mercados para produtos agropecuários.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

FOLHA DE PAGAMENTO

Zanin suspende por 60 dias ação sobre desoneração

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin decidiu nesta sexta-feira suspender, por 60 dias, o processo que trata da desoneração de impostos sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados municípios até 2027.

O ministro atendeu ao pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), que foi cancelado pelo

Senado, para suspender os efeitos da liminar proferida por ele no mês passado.

Na petição apresentada na última quinta-feira, a AGU argumentou que o governo federal realizou um acordo na semana passada com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para restabelecer a reoneração da folha de forma gradual a partir de 2025. A suspensão permitirá a tramitação de projetos de lei que tratam da questão e de compensações financeiras

para o governo federal.

Ao autorizar a suspensão do processo, Zanin entendeu que a medida poderá garantir o diálogo institucional entre o Legislativo e o Executivo.

"A busca pela solução dialogada favorece a realização do princípio democrático, permitindo-se que diversos atores participem do processo decisório, com valiosas contribuições à jurisdição constitucional", afirmou o ministro.

No dia 25 de abril, Zanin ha-

via concedido liminar para suspender a desoneração de impostos sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados municípios. Ele entendeu que a aprovação da desoneração pelo Congresso não indicou o impacto financeiro nas contas públicas.

A liminar foi colocada para referendo no plenário virtual da Corte, mas um pedido de vista suspendeu o julgamento. O placar estava em 5 votos a 0 para confirmar a decisão de Zanin.

INSS

ABBC diz que redução no teto do consignado prejudica bancos

MATHEUS PIOVESANA/AE

A Associação Brasileira de Bancos (ABBC) afirma que as reduções do teto dos juros do crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS feitas desde o ano passado têm gerado um "desequilíbrio concorrencial", prejudicando aos bancos de menor porte. De acordo com a entidade, com custo de captação mais elevado que o dos grandes bancos, essas instituições têm tido dificuldades para manter as concessões.

"O teto que sempre teve como objetivo coibir abusos, está resultando em forte desequilíbrio concorrencial no mercado, praticamente alijando instituições financeiras da atuação na

modalidade, ferindo a liberdade econômica, sem a devida análise do impacto regulatório prevista em lei, demonstrando um verdadeiro abuso do poder de regular", afirma a entidade.

Desde o ano passado, o Ministério da Previdência, responsável por regular o consignado do INSS, tem reduzido o teto de juros da modalidade sob o argumento de que a queda da Selic permite reduzir os juros. Os bancos argumentam que esse movimento desconsidera a natureza do produto, que tem prazo longo, e para qual são feitas captações de mercado com prazo médio de dois anos.

A última redução do teto foi no mês passado, para 1,68% ao mês. Em entrevista ao Grupo Es-

ta Previdência, Carlos Lupi, disse que é "impossível" elevar os juros da modalidade, e que eles devem continuar caindo junto com a Selic, ainda que de modo mais lento, diante da desaceleração do ritmo de cortes dos juros básicos.

A ABBC afirma que os bancos estão "operando no limite da rentabilidade" do consignado e que o mercado está próximo ao cenário de março do ano passado, quando o primeiro corte no teto levou praticamente todos os bancos, inclusive os públicos, a suspender a oferta do produto.

Fontes de mercado afirmam que para os bancos médios, os custos de captação são da ordem de 120% do CDI, o que torna a operação do consignado

INSS sob o teto anual muito próxima da margem negativa. Tanto os bancos médios quanto as instituições de maior porte, reunidas na Federação Brasileira de Bancos (Febraban), têm atribuído à queda do teto a redução das concessões do produto, que chegou a 24,7% no ano passado em relação a 2022.

Para a ABBC, as novas condições de operação têm feito com que o consignado se concentre em clientes que já tiveram acesso ao crédito, através da portabilidade e de operações de refinanciamento. Os novos empréstimos caíram de 50% para 30% do total contratado entre 2022 e 2023. Entre janeiro e março de 2023 e o mesmo período deste ano, a queda foi de 15% nas novas operações.

GESTÃO

Governo enviará MP para flexibilizar lei de licitações em casos de calamidade

SOFIA AGUIAR, FERNANDA TRISOTTO E CAIO SPECHOTO/AE

A ministra da Gestão, Esther Dweck, anunciou que o governo federal enviará uma Medida Provisória (MP) para flexibilizar algumas regras de contratação da lei de licitações para casos de calamidade pública. Segundo ela, a gestão federal propôs alterações "que sejam perenes" e que sirvam para outras situações de calamidade.

"A gente sabe que a lei de licitação já tem algumas previsões para situação de emergência, mas a gente concorda que elas não são suficientes para enfrentar situações que os municípios

estão enfrentando no momento", afirmou a ministra, em reunião de anúncio do governo federal de medidas de assistência às cidades gaúchas atingidas pelas enchentes nas últimas semanas.

"A gente sabe que os gestores acabam ficando numa situação difícil de ter que resolver problemas de forma imediata, já são quase duas semanas nessa situação, e com as regras de contratação que muitas vezes não permitem agir da forma correta como vocês deveriam agir", acrescentou ela.

A flexibilização, segundo a ministra, diz respeito tanto a contratos como também a obras e serviços de engenharia.

A ministra detalhou que a MP está sendo elaborada de uma forma "que não seja só para essa situação". "Justamente, acabamos tendo um tempo entre ter uma calamidade e poder fazer essa flexibilização, então estamos propondo algo que seja para outras situações também semelhantes, que possa ser uma legislação perene para situações

de calamidade", afirmou.

Dweck afirmou ser um "aperfeiçoamento" do que foi pensado na pandemia da covid-19, mas no sentido de melhorar a legislação. "Nossa ideia é justamente simplificar e permitir que os senhores possam atuar com segurança jurídica quando forem tomados alguns atos de gestão."

AGRONEGÓCIO

Exportações alcançam recorde de US\$ 15,24 bi

ISADORA DUARTE/AE

As exportações brasileiras de produtos agropecuários alcançaram US\$ 15,24 bilhões em abril deste ano, informou o Ministério da Agricultura, em nota. O valor, recorde para o mês, é 3,9% superior ao obtido em igual período do ano passado, o equivalente a um aumento de US\$ 570 milhões. O setor respondeu por 49,38% dos embarques totais do País no mês.

Na nota, a pasta atribui o resultado recorde sobretudo ao aumento de 17,1% no volume embarcado de produtos agropecuários. Já os preços médios dos

produtos recuaram 11,3%, o que limitou o avanço da receita gerada com as exportações.

Na avaliação da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais da pasta, o crescimento das exportações no último mês foram impulsionadas pelos embarques do setor sucroalcooleiro (exportação de US\$ 1,07 bilhão, +77,6%), carne bovina in natura (de US\$ 1,04 bilhão, +69,2%), café, algodão não cardado nem penteado e celulose. Em relação à carne bovina, os embarques atingiram recorde de 236,77 mil toneladas em abril, puxado sobretudo pela maior demanda chinesa, segundo o Ministério.

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Santa Rita de Cássia

Celebramos no dia 22 de maio a memória litúrgica de Santa Rita de Cássia, uma santa bem popular e conhecida por todo o povo por ser a Santa das causas urgentes e impossíveis. Santa Rita sempre acreditou que Deus faria grandes coisas em seu favor e a favor de sua família. Santa Rita de Cássia é um exemplo para nós de perseverança na oração, e rezou ao longo de toda a vida pela conversão do marido e dos filhos. Por isso, perseveremos na oração, que no momento certo a graça vem. Santa Rita de Cássia é celebrada num mês especial para a Igreja, que é o mês mariano, e por coincidência ou não, é a santa das rosas. No dia dedicado a ela ofereçamos rosas, ao final da Santa Missa cada fiel oferece uma rosa aos pés de Santa Rita e faz um pedido. Normalmente aquele pedido que parece impossível e se tornará por intercessão de Santa Rita, possível.

As Igrejas dedicadas a Santa Rita de Cássia costumam lotar nesse dia dedicado a ela, pois, conforme dissemos ela é uma santa bastante popular. Se possível, participe da missa nesse dia dedicado a Santa Rita e reze com fé pedindo que ela interceda junto a Deus por você e sua família. Santa Rita de Cássia é considerada a advogada das causas impossíveis conforme é dito na oração dedicada a ela. Rita de Cássia nasceu em 1381, em Roccaporena, no alto das montanhas, perto de Cássia, região de Umbria, na Itália. Era filha de Antonio e de Amata Ferri, casal de muita oração e de quem todos gostavam. Eles não sabiam nem ler e nem escrever, mas ensinavam à filha o principal, a fé em Jesus Cristo e em Nossa Senhora. Eles contavam também sobre a história dos santos e santas, o que contribuiu muito para a sua formação.

Santa Rita tinha, desde pequena, o desejo de ser religiosa e de entregar sua vida de maneira total a Deus. Mas, isso só irá acontecer anos mais tarde, após ficar viúva e perder seus filhos. Antes de ser religiosa, ela passou por algumas tribulações da vida familiar e rezou bastante por sua família. Seus pais queriam que ela se casasse e lhe arranjaram um marido, como era costume na época.

O marido escolhido foi Paolo Ferdinando, não foi uma boa escolha, pois Paolo era infiel ao matrimônio e tinha o hábito de beber demais e ser violento. Por causa dele, Santa Rita sofreu muito por dezoito anos, período em que foram casados. Eles tiveram dois filhos, e Rita sempre teve muita paciência e resignação em todo o período de sofrimento. O que sempre ajudou Santa Rita foi a grande fé que ela tinha e por sempre acreditar que Deus reservava grandes coisas para ela. Apesar do sofrimento, ela nunca deixou de rezar por ele e por sua conversão, com o passar do tempo e com a oração insistente de Rita, ela conseguiu transformar aquele homem rude e bruto. Paolo se converteu e mudou a sua vida conjugal de uma forma muito grande, tanto que as amigas de Rita vinham lhe pedir conselhos. Vinham lhe perguntar como ela fez para transformar aquele homem, e ela diz que não tem segredo nenhum, a não ser pela oração. Paolo, apesar de convertido, havia deixado na cidade algumas rixas e inimizades e alguns grupos tramavam se vingar. Dessa forma, um dia ele saiu para trabalhar e não voltou mais, Santa Rita sentiu em seu coração que algo de pior deveria ter acontecido, no dia seguinte ele foi encontrado morto, tinha sido assassinado, e, os dois filhos de Santa Rita queriam vingar a morte do Pai. Santa Rita rezava a Deus para que não deixasse eles cometerem tal ato, que seria um pecado mortal. Logo os dois ficaram muito doentes, de forma incurável, antes deles morrerem, Santa Rita rezava com eles e ajudou os dois a se converterem, ao amor de Deus e ao perdão. A graça foi tão grande que eles conseguiram perdoar os assassinos do Pai e morreram.

Aqui podemos observar que a partir da persistência da oração e dos joelhos dobrados ao chão, Deus ouvia as preces aflitas de Santa Rita e lhe atendia. Os seus filhos não precisaram sujar as mãos se vingando da morte do pai, mas morreram por serem acometidos por uma doença grave. Além de Deus não permitir que eles se vingassem da morte do pai, ainda perdoaram os assassinos. Por isso, ela é a santa das causas impossíveis e nos ensina a sermos perseverantes na oração até o fim. A morte dos filhos de Santa Rita mudou essa corrente de ódio e vingança que poderia causar muitos sofrimentos e mortes. Após a morte dos dois Santa Rita teve a certeza de que eles estavam no céu. Dessa forma, a persistência da oração de Santa Rita tinha valido a pena.

A partir do momento em que Santa Rita se vê sozinha, viúva e sem os filhos, ela volta a nutrir em seu coração aquele desejo que tinha no coração desde a infância, ou seja, servir a Deus mais de perto, através da vida religiosa. Por isso, Santa Rita começa a rezar diante do Senhor para que essa graça acontecesse em sua vida.

Santa Rita, estando sozinha, quis entrar para o Convento das Agostinianas, as irmãs, porém, tinham muitas dívidas a respeito da sua vocação, pois não sabiam se era verdadeiramente o desejo dela, ou porque havia ficado viúva. Como o marido havia sido assassinado e os filhos morrido de peste, por tudo isso, as irmãs não quiseram aceitar Rita. Como toda e qualquer vocação é preciso primeiro ser trabalhada e entender se realmente é da vontade de Deus, mas no caso de Santa Rita era, porém as irmãs iam com cautela.

Certa noite, enquanto dormia, Rita teve um sonho e nesse sonho ouviu o Senhor a chamando pelo nome três vezes. Ela abriu a porta e estavam ali São Nicolau, São Francisco e São João Batista, eles pediram que ela os seguisse e depois de andarem um pouco pelas ruas os santos desapareceram e Rita sentiu um suave empurrão. Ela caiu em êxtase e, de repente, quando voltou a si, estava dentro do mosteiro e o mosteiro estava com as portas fechadas, ou seja, Deus operou um milagre na vida de Santa Rita e a colocou dentro do mosteiro. Com isso, as freiras não puderam lheegar a entrada, pois entenderam que se tratava de uma obra divina. Rita viveu ali por quarenta anos. Um dos milagres atribuídos a Santa Rita é que a madre a superiora do convento duvidando da vocação de Rita de Cássia, mandou que ela regasse um pedaço de madeira seca que estava no jardim do convento, ela deveria fazer aquilo por um ano, Rita obedeceu com paciência e amor. Depois de um ano, para a surpresa de todos, o milagre aconteceu, aquele pedaço de madeira seco se transformou numa bela videira que dá uvas até hoje. Um outro milagre atribuído à Santa, é que ela pediu a Jesus, orando aos pés da Cruz, que pudesse sentir um pouco da dor que Ele sentiu em sua crucificação. Então, um dos espinhos da coroa de Jesus cravou-se em sua cabeça, e Santa Rita sentiu um pouco daquela dor terrível que Jesus havia sentido.

CONCESSÃO DE LICENÇA
SPE das Américas 1 Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ: 37.656.590/0001-15, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do Processo 23/300.001/2021 a Licença Municipal de Instalação - EIS-LMI-2024/00032, para Construção de Grupamento Residencial Multifamiliar com validade até 15/05/2028, situado à Avenida das Américas, Lote 1, PAL. 49.294, Barra da Tijuca/RJ.

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 42.487.983/0001-82 - NIRE nº 33.3.0001715-1 de 19/06/85
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - em recuperação judicial, com sede na Rua Francisco Eugênio, nº 268, sala 901, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20941-120, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.487.983/0001-82, por meio de seu Presidente do Conselho de Administração, Renato de Andrade Cabral, na forma do Parágrafo Segundo do art. 25º do Estatuto Social da empresa, CONVOCA, através do presente EDITAL, todos os acionistas a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 24 de maio de 2024, às 10h, na sede da empresa e por videoconferência, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem da seguinte Ordem do Dia: a) eleição dos membros do Conselho de Administração, com fulcro no art. 9º do Estatuto Social vigente, para o período de 2 (dois) anos, a iniciar em 16/04/2024 e a terminar em 15/04/2026; b) Autorização para venda da embarcação Astro Barracuda de propriedade da Astro Offshore Corporation.
Rio de Janeiro, 15 de maio de 2024
RENATO DE ANDRADE CABRAL

COOPERATIVA DE CONSUMO DOS EMPREGADOS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO JANEIRO E DE EMPREGADOS EM INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS LTDA COOPUC-CONSUMO
CNPJ 31.727.063/0001-78 - NIRE/JUCERJ 33.4.0005695-7
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O Liquidante da Cooperativa, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto Social, convoca os associados remanescentes da **COOPUC-CONSUMO**, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar na sede da **COOPUC-CONSUMO**, na Rua Marquês de São Vicente, 225 - Casa 14 Parte - Gávea - Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro - CEP 22.451-041, no dia 04 de junho de 2024, em convocação única, às 11:00 horas. A Assembleia Geral Extraordinária deliberará sobre o seguinte: 1) Prestação de contas final da cooperativa; 2) Referendar a designação do Sr. Jorge Meneses, Liquidante, para custódia dos documentos da **COOPUC-CONSUMO**, em cumprimento aos prazos legais de armazenamento; 3) Assuntos de interesse geral.
Rio de Janeiro, RJ, 20 de maio de 2024.
Jorge Meneses
Liquidante

CADEIA NELES

Inquérito do golpe está em 'via de conclusão', diz PGR

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

A investigação sobre a participação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em um plano de golpe para se manter no poder, mesmo após a derrota nas eleições, está chegando ao fim. A informação é da Procuradoria-Geral da República (PGR) que, em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que o inquérito "encontra-se em via de conclusão".

A Polícia Federal (PF) ouviu os principais investigados e analisou os documentos e dispositivos apreendidos na Operação Tempus Veritatis. Com isso, o caso caminha para o desfecho. O próximo passo é a apresentação do relatório final da investigação.

A jornalista Andreia Sadi, do G1, divulgou primeiro a informação, confirmada pelo Estadão. O trecho da manifestação da PGR consta na decisão do mi-

nistro Alexandre de Moraes, do STF, que mandou soltar o assessor Marcelo Câmara. O blog teve acesso ao despacho.

A Procuradoria-Geral da República afirmou que a "eficiente atuação da Polícia Federal desarticulou o grupo criminoso investigado e reduziu a percepção de risco para a ordem pública".

"No tocante à investigação criminal, foram concluídas as medidas cautelares de busca e apreensão pessoal deferidas nos autos, garantindo-se a preservação do conteúdo de documentos e dispositivos relevantes para as investigações. Os depoimentos dos principais alvos foram colhidos e a investigação encontra-se em via de conclusão, o que reduz a possibilidade de interferências indevidas na persecução penal."

O inquérito foi aberto a partir de informações prestadas pelo tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, que fechou delação premiada.

Até o momento, há dois indícios que complicam a situação de Bolsonaro. O primeiro é um áudio enviado por Mauro Cid que sugere que o ex-presidente ajudou a redigir e editar uma minuta de golpe. O segundo é o depoimento do general Marco Antônio Freire Gomes, ex-comandante do Exército, que atribuiu a Bolsonaro a articulação de reuniões com comandantes das Forças Armadas para discutir "hipóteses de utilização de institutos jurídicos como GLO (Garantia da Lei e da Ordem), estado de defesa e sítio em relação ao processo eleitoral".

O ex-presidente foi intimado, mas ficou em silêncio no depoimento. A PF marcou audiências simultâneas, para evitar a combinação de versões e pegar eventuais contradições nas respostas. Quando a força-tarefa de delegados ficou frente a frente com os investigados, 15 deles decidiram não responder às perguntas.

Mensagens obtidas na inves-

tigação apontam que o plano golpista foi discutido extensivamente por aliados do ex-presidente. O ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Walter Braga Netto defendeu, em reunião ministerial, que o governo deveria "virar a mesa" antes das eleições e sondou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) sobre a possibilidade de "infiltrar" agentes nas campanhas dos adversários de Bolsonaro.

Outra suspeita é que o grupo usou acessos do cargo indevidamente para monitorar autoridades, incluindo o ministro Alexandre de Moraes, em meio às articulações golpistas.

Quando a PF apresentar o relatório, pode pedir ou não o indiciamento dos investigados. Caberá então à PGR decidir se há ou não elementos para oferecer denúncia e deflagrar uma ação penal. A Procuradoria também pode pedir diligências complementares, se considerar necessário.

ESTRADA NA FAZENDA

Ministro Juscelino Filho fica em silêncio em depoimento à PF

TÁCIO LORRAN/AE

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil), se recusou nesta sexta-feira, a responder perguntas da Polícia Federal no âmbito da investigação que apura o uso de emenda parlamentar para asfaltar uma estrada que corta a própria fazenda do ministro em Vitorino Freire, no Maranhão.

A investigação ocorre após o *Estadão* revelar que Juscelino destinou R\$ 5 milhões do orçamento secreto para asfaltar a estrada. O dinheiro foi repassado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). A obra é tocada pela Construserve, empresa investigada por supostamente pagar propina a servidores para obter obras no estado.

Em nota, Juscelino afirmou que o depoimento durou cerca de 15 minutos pois teria sido encerrado "abruptamente" pelo delegado. O ministro acusou o servidor de "basear suas perguntas em informações que extrapolam o objeto da apuração", o que, segundo ele, evidencia que o "propósito da investigação é de vasar a minha vida e encontrar algo contra mim a qualquer custo".

"Esse método repete o modus operandi da Operação Lava Jato que, como sabemos, resultou em consequências danosas a pessoas inocentes", acrescentou.

A Polícia Federal suspeita que Juscelino possa integrar a organização criminosa envolvida com o desvio de verbas da Codevasf. A cidade de Vitorino Freire é governada atualmente pela irmã do ministro, a prefeita Luanna Rezende (União Brasil).

Em setembro de 2023, Luanna foi afastada da prefeitura pela Justiça, após ser alvo da Operação Benesse. Ela retornou ao cargo dias depois, graças a decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Um relatório produzido pela Controladoria-Geral da União (CGU) confirmou a apuração do *Estadão*: a pavimentação da estrada só atendeu às necessidades do ministro e não beneficiou a população local.

"De um total de 23,1 km, envolvendo R\$ 7,5 milhões, 18,6 km, 80%, beneficiariam as propriedades do parlamentar e, ao que parece, de forma individual. Os restantes 4,5 km beneficiariam cinco povoações locais e ainda de forma isolada sem integração com a rodovia estadual, nem com a sede do município", diz um trecho do relatório da CGU.

Os técnicos da Controladoria dizem ainda que os 4,5 km próximos às propriedades da Fazenda Alegria de Juscelino não se "mostram suficientes para atender ao objetivo de fornecer melhor escoamento e acesso a serviços públicos pela população das povoações beneficiadas, pois não foi prevista uma conexão para se chegar ao centro do município ou a uma rodovia pavimentada".

O relatório aponta a existência de vários outros locais em Vitorino Freire com quantidade "significativamente maior" de casas, sem asfalto, e que poderiam ter sido beneficiadas pela pavimentação, caso o objetivo fosse realmente atender os moradores.

Conforme já havia mostrado o *Estadão*, Vitorino Freire tem um terço da população vivendo em ruas de terra. Apesar disso, a obra mais cara de pavimentação contratada pela prefeitura foi nos últimos cinco anos foi a da estrada que corta oito fazendas do ministro das Comunicações.

Ao custo de R\$ 5 milhões, garantidos com verba do orçamento secreto direcionada pelo ministro a seu reduto eleitoral, a intervenção custará 25% de tudo o que a prefeitura pôde investir para asfaltar ruas entre 2017 e 2022.

MEDICINA

Moraes cassa resolução do CFM que dificulta 'aborto de estupro'

LAYLA SHASTA/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu nesta sexta-feira, uma resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que dificulta o aborto nos casos de estupro.

O CFM proibiu um procedimento clínico chamado "assistolia fetal", antecede o aborto, em gestações com mais de 22 semanas, mesmo nas hipóteses autorizadas pela legislação, o que inclui casos de violência sexual.

Esse procedimento induz a

parada do batimento cardíaco do feto. A resolução barra a técnica "quando houver probabilidade de sobrevida do feto".

A decisão do ministro é provisória e vale até o julgamento definitivo do caso. Ao suspender a resolução, ele afirmou que o Conselho Federal de Medicina "abusou do poder regulamentar" ao criar barreiras para o aborto legal.

A legislação hoje permite o aborto em apenas três situações - violência sexual, risco de morte para a gestante ou feto com anencefalia.

Alexandre de Moraes argu-

mentou que, nos casos de estupro, o ordenamento penal "não estabelece expressamente quaisquer limitações circunstanciais, procedimentais ou temporais para a realização do chamado aborto legal".

"No caso sob análise, ainda que em sede de cognição sumária, fundada em juízo de mera probabilidade, entendo presentes os requisitos necessários para o deferimento do pedido cautelar."

A decisão atendeu a um pedido do PSOL. O Conselho Federal de Medicina tem dez dias para prestar informações do STF. A

decisão foi tomada em regime de urgência e será submetida ao crivo dos demais ministros no plenário virtual, a partir do dia 31 de maio.

O Supremo Tribunal Federal tem na fila para julgamento uma outra ação, também movida pelo PSOL, que discute a descriminalização do aborto até a 12ª semana da gestação. O processo está engavetado, sem previsão de entrar na pauta. O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do tribunal, que é a favor da mudança, avalia que o debate ainda não está maduro.

TRAGÉDIA CLIMÁTICA

RS construirá 'cidades temporárias' para acolher vítimas das enchentes

TATIANA ALVES/ABRASIL

O vice-governador do Rio Grande do Sul, Gabriel Souza, apresentou nesta sexta-feira uma proposta de criação de "cidades temporárias" nos municípios da região metropolitana de Porto Alegre.

As "cidades temporárias" serão instaladas na capital gaúcha, em Canoas, São Leopoldo e Guaíba, municípios que concentram cerca de 70% dos desabrigados do estado. O último balanço divulgado pela Defesa Ci-

vil estadual indica que aproximadamente 80 mil pessoas estão em abrigos.

Durante entrevista à imprensa, o governador Eduardo Leite anunciou o vice-governador como coordenador das ações emergenciais.

"São locais para que, durante algum tempo, as pessoas possam estar albergadas com mais conforto e dignidade. A estrutura contará com administração, almoxarifado, postos de saúde, brinquedoteca, espaço para animais de estimação, chuvei-

ros, banheiros, triagem de quem entra e sai, além de assistência social," explicou o vice-governador.

As áreas de instalação das cidades temporárias em cada município estão sendo avaliadas em conjunto com as prefeituras. Pela proposta inicial, serão montadas no Complexo Cultural do Porto Seco, em Porto Alegre; no Centro Olímpico em Canoas; e no Centro de Eventos em São Leopoldo. Ainda não foi definido o espaço a ser utilizado em Guaíba,

de acordo com o governo do estado.

As estruturas terão capacidade para acomodar de 900 a 1 mil pessoas. A montagem terá duração de 15 a 20 dias, com previsão de início cinco dias após a assinatura do contrato com o fornecedor.

O governo do estado também planeja oferecer aluguel social e criar abrigos temporários com o apoio de instituições internacionais com experiência em desastres, além de áreas com casas definitivas.

STF

Fux pede manifestação da União sobre extinção da dívida do RS

ROSINEI COUTINHO/STF



RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Luiz Fux (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu prazo nesta sexta-feira, para a União se manifestar sobre o pedido de extinção da dívida do Rio Grande do Sul.

A seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS) pediu a extinção integral das parcelas pendentes na esteira das enchentes que assolam o Estado.

Fux só vai tomar uma decisão após ouvir a Advocacia-Geral da União (AGU).

O governo federal suspendeu a dívida por 36 meses, para ajudar o Rio Grande do Sul a se reerguer, mas a OAB defende que a medida não é suficiente e cobra uma "solução

estruturante".

A entidade de advogados pede "solidariedade federativa" e afirma que a extinção da dívida seria uma medida de "humanidade" diante da devastação causada pelas chuvas no Estado.

O governador Eduardo Leite (PSDB) também afirmou publicamente que a suspensão das parcelas não é suficiente. Segundo ele, será preciso pensar em "soluções mais perenes" para o Estado.

Nesses 36 meses, não haverá incidência de juros sobre o estoque de dívida. O Rio Grande do Sul deixará de pagar R\$ 11 bilhões à União, que serão destinados a um fundo para a reconstrução do Estado, segundo a proposta anunciada.

AJUDA

Haddad diz que Lula deve anunciar mais duas medidas para RS na próxima semana

FERNANDA TRISOTTO E
GIORDANNA NEVES/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve anunciar mais duas medidas de apoio ao Rio Grande do Sul na próxima semana. Além disso, a equipe econômica trabalha em um programa de atendimento para grandes empresas do Esta-

do. A proposta está formatada, mas ainda será levada para o aval de Lula.

"O Estado tem um parque industrial relevante, inclusive muita exportação, então nós temos que cuidar dessa parte também. Não é uma medida que isoladamente resolve o problema. O que há é um conjunto de medidas que estão sendo processadas e que, no conjunto, vão dar o supor-

te necessário para reconstrução do Estado", afirmou o ministro.

Ele reiterou a preocupação com o desenho das ações voltadas para o socorro ao Rio Grande do Sul. "Estamos pensando em eficiência, em fazer o recurso chegar a quem precisa da maneira correta. Cada real investido tem que ter o maior impacto social, econômico, e ambiental possível. Estamos tomando o

cuidado de desenhar a ação sob medida para aquela necessidade", disse.

Esse modus operandi permite ao governo uma interação com outros Poderes em outro patamar, na avaliação do ministro. Ele destacou que o Executivo tem conversado com os líderes do Congresso sobre as medidas a serem adotadas antes dos anúncios.

**CORRUPÇÃO**

Relator vota pela cassação do governador Cláudio Castro e do vice

RAYANDERSON GUERRA/AE

O relator do caso que pode levar à cassação do governador Cláudio Castro (PL), desembargador Peterson Barroso Simão, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE), votou, na tarde desta sexta-feira, pela condenação do chefe do Executivo e de seu vice, Thiago Pampolha (MDB), por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022. Barroso Simão decidiu ainda pela condenação do presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União). O julgamento foi interrompido por um pedido de vista do desembargador Marcello Granado e será retomado na próxima quinta-feira.

O desembargador votou pela inelegibilidade de Castro, Pampolha e Bacellar por oito anos, contados a partir das eleições de 2022. O relator ainda votou para que os três sejam condenados ao pagamento de multa: Castro e Bacellar (R\$ 106.410) e Pampolha (R\$ 21.282). Em relação aos demais investigados, Barroso Simão opinou pela absolvição.

"A intenção dolosa dos réus é notória. Foram os mentores intelectuais e anuíram com toda a ilicitude (...) Foi nítido o caráter eleitoreiro perturbando a legitimidade e normalidade de um pleito de grande dimensão referente a eleição do chefe do Executivo do Estado. É evidente a responsabilidade direta e pessoal do governador e do então presidente da Ceperj, que praticaram ou mandaram praticar ou permitiram, intencionalmente, que fosse praticada conduta ilícita objetivando a reeleição com sucesso com a distribuição de fortuna a simpatizantes gerando altíssimo prejuízo ao erário público e, portanto, à população fluminense. Tal situação quebrou a igualdade entre os candidatos e influenciou na livre escolha dos eleitores em dimensão desproporcional. Tudo foi muito bem planejado", afirmou o desembargador.

De acordo com Barroso Simão, "os depoimentos das testemunhas evidenciam que elas foram obrigadas a participar de verdadeira campanha política, buscando angariar votos para os réus Cláudio (Castro) e Thiago (Pampolha)".

"A Ceperj foi utilizada por força do governo em proveito eleitoral conduta esta vedada em todos os sentidos. Restou caracterizado abuso do poder econômico e político pois houve afronta aos princípios da igualdade e do equilíbrio na competição, não havendo dúvida da gravidade dos fatos que tanto influenciaram no resultado eleitoral", afirmou.

Os sete desembargadores do TRE analisam supostos abuso de poder político e econômico e conduta vedada, na campanha eleitoral de 2022, pelo suposto uso de uma "folha de pagamento secreta", com 27 mil cargos temporários, na Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (Ceperj) e mais 18 mil nomes na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Segundo o voto do relator, o

aumento dos valores pagos pela Ceperj no ano eleitoral comprometeu a "lisura do processo eleitoral afetando a normalidade e a legalidade das eleições".

"A quantidade exorbitante de dinheiro empregado no ano eleitoral de 2022 serviu a milhares de pessoas que se dispuseram a seguir eleitoralmente o caminho traçado pelos réus e se beneficiaram da prática ilícita do abuso comprometendo a lisura do processo eleitoral afetando a normalidade e a legalidade das eleições", argumentou.

Durante o julgamento, a procuradora regional eleitoral Neide Cardoso de Oliveira afirmou que "o desvio da máquina e dos recursos públicos serviu para alavancar as candidaturas dos investigados, em especial a do governador Cláudio Castro".

A defesa de Castro, representado pelo advogado Eduardo Damian, afirmou que a Uerj e a Ceperj têm autonomia administrativa.

"Tudo que foi dito pela acusação diz respeito a direito administrativo. A matéria está posta, mas não está posta nessa corte especializada, mas na Justiça comum. Existe uma ação civil pública que trata sobre este tema, da qual o governador não é réu", afirmou o advogado.

Segundo Damian, o resultado da eleição deve ser levado em consideração pelos desembargadores.

"Estamos falando do governador que venceu com uma diferença de 2,6 milhões de votos. Falar de milhares de pessoas contratadas, de milhões gastos... O orçamento do Estado é de R\$ 100 bilhões. A diferença de votos é maior do que a de Lula sobre Bolsonaro em todo o território brasileiro. É maior do que o eleitorado completo de 12 Estados. Essa dimensão tem que ser levada em conta", argumentou.

Também são alvos do julgamento:

- Deputado federal Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ);
- Deputado federal Max Lemos (PDT-RJ);
- Deputado estadual Leonardo Vieira (PL-RJ);
- Suplente de deputado federal Gutemberg de Paula Fonseca;
- Suplente de deputado estadual e secretário estadual de Ambiente e Sustentabilidade, Bernardo Chim Rossi;
- Suplente de deputado federal Marcus Venissius da Silva Barbosa;
- Secretária estadual de Cultura e Economia Criativa, Danielle Christian Ribeiro Barros;
- Ex-subsecretário de Habitação da Secretaria Estadual de Infraestrutura Allan Borges Nogueira;
- Ex-secretário estadual de Trabalho e Renda Patrique Welber Atela de Faria; e
- Ex-presidente da Fundação Ceperj Gabriel Rodrigues Lopes.

A ação foi ajuizada pelo candidato derrotado nas eleições de 2022, Marcelo Freixo (PT). Os envolvidos no caso são julgados pelas supostas práticas de abuso do poder econômico, político, de autoridade e pela suposta utilização indevida dos meios de comunicação social.

GUERRA NO ORIENTE

Netanyahu desafia pressão mundial com tropas em Rafah

O ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant, anunciou o envio de mais tropas para Rafah, no sul da Faixa de Gaza, o mais recente alvo da operação militar contra o Hamas. A decisão é um sinal de que os israelenses pretendem seguir com a invasão da cidade, onde mais de 1 milhão de palestinos se refugiaram - 600 mil já fugiram da área, segundo a ONU.

"Centenas de alvos foram atingidos e nossas forças estão realizando manobras na área", disse Gallant, que não deu prazos para o envio e para o início da invasão total - até o momento, as ações foram localizadas, segundo o governo de Israel.

O primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, vem desafiando a pressão internacional para suspender a operação em Rafah. Ele garante que a invasão é necessária para desmantelar os

últimos batalhões do Hamas em Gaza.

Mas, enquanto o Exército israelense não recebe a ordem de atacar, o Hamas parece ter se reagrupado e ressurgido em áreas no centro e no norte de Gaza, obrigando Israel e travando novamente combates violentos contra militantes em partes do enclave que já haviam sido dominadas. Nesta quinta-feira, cinco soldados morreram em Jabalya.

O renascimento do Hamas vem deixando a cúpula do Exército irritada com a falta de um plano de segurança para Gaza no pós-guerra. No fim de semana, o chefe do Estado-Maior, o general Herzi Halevi, criticou o premiê pela falta de um plano. Na quarta-feira, Gallant cobrou publicamente uma estratégia de Netanyahu. "Desde outubro eu venho levantando esse tema no gabinete de guerra", disse o mi-

nistro. "Mas, até agora, não obtive nenhuma resposta."

Outro membro do gabinete de guerra, Benny Gantz - que cada vez mais se consolida como o maior opositor de Netanyahu - concordou com o ministro da Defesa. "Gallant fala a verdade. É responsabilidade do líder fazer a coisa certa para o país a qualquer custo", disse.

O primeiro-ministro respondeu que enquanto o Hamas não for completamente destruído, nenhum outro grupo poderá controlar a Faixa de Gaza, incluindo a Autoridade Palestina. "Não pretendo substituir o Hamastão por um Fatahstão", afirmou o premiê, em referência ao Fatah, facção rival do Hamas, que constitui a Autoridade Palestina que exerce algum poder na Cisjordânia.

GENOCÍDIO

A África do Sul acusou Israel

na Corte Internacional de Justiça (CIJ), com sede em Haia, de provocar "uma nova e horrenda fase do genocídio" em Gaza. A diplomacia sul-africana pediu ao tribunal que ordenasse a interrupção da ofensiva em Rafah.

Foi o quarto pedido protocolado pela África do Sul, que pede uma decisão provisória da CIJ para evitar o ataque. Entre as alegações apresentadas pelos sul-africanos estão o registro de valas comuns, de tortura e a retenção deliberada de ajuda humanitária.

O chanceler israelense, Israel Katz, acusou a África do Sul de apresentar à CIJ "alegações falsas" que "dependem de fontes não confiáveis do Hamas". "Israel age de acordo com a lei internacional e suas obrigações humanitárias, e implementa medidas para minimizar os danos a civis", afirmou.

APOIO À UCRÂNIA

Rússia alerta que EUA e aliados estão 'brincando com fogo'

LAÍS ADRIANA/AE

A Rússia alertou nesta sexta-feira, que os Estados Unidos e aliados ocidentais estão "brincando com fogo" ao apoiar ataques da Ucrânia no país. "Não deixaremos essas invasões em nosso território sem resposta", afirmou o Ministério das Relações Exteriores russo, em nota.

O comunicado refere-se ao ataque massivo da Ucrânia na região da Crimeia, entre os dias 16 e 17 de maio.

Segundo o ministério, mais de 100 veículos aéreos não tripulados (drones) foram interceptados em diferentes regiões

da Rússia, 51 deles apenas na Crimeia, e outros seis barcos não tripulados foram eliminados no Mar Negro.

A nota classifica os ataques como "bárbaros" e aponta que as armas de origem ocidental com alcance de longa distância "dão passe livre para o seu uso contra a Rússia e, portanto, contribuem para maior escalada do conflito".

VISITA À CHINA

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, concluiu uma visita de dois dias à China nesta sexta-feira, dando ênfase aos laços estratégicos bilaterais, assim como

ao seu relacionamento pessoal com o presidente chinês, Xi Jinping, com ambos tentando se vender como uma alternativa para a influência global dos EUA.

Putin elogiou o avanço do comércio bilateral durante passagem pela cidade de Harbin, no nordeste do país. Ele também conheceu estudantes do Instituto de Tecnologia de Harbin, que supostamente trabalha em estreita colaboração com o Exército de Libertação Popular.

Falando a repórteres, Putin agradeceu a Xi e descreveu suas conversas como "substanciais", ao dizer que passou "quase um dia inteiro, de manhã à noite"

com o líder chinês e outras autoridades em Pequim, no dia anterior.

A parceria entre a China e a Rússia "não é direcionada contra ninguém", disse Putin, em uma referência velada ao Ocidente. "É apenas um objetivo: criar melhores condições para o desenvolvimento de nossos países e melhorar o bem-estar do povo da China e da Federação Russa."

Mas Putin repreendeu, de forma indireta, os EUA e outros que se opõem à relação entre Moscou e Pequim, dizendo que um "mundo multipolar emergente...está agora tomando forma diante dos nossos olhos".

INDO-PACÍFICO

França envia reforços para a Nova Caledônia, atingida por protestos

A França está enviando reforços de segurança para o seu território ultramarino da Nova Caledônia, um ponto de apoio crucial para Paris no Indo-Pacífico, depois de dias de tumultos violentos que levaram à morte de pelo menos cinco pessoas e levantaram questões difíceis sobre o futuro do arquipélago e a situação da França na região.

As autoridades francesas anunciaram na quinta-feira passada, que mil policiais estavam a caminho do território, enquanto o exército era destacado para

proteger os portos e o aeroporto principal. Cerca de 1.700 policiais já estão presentes na Nova Caledônia, onde manifestantes incendiaram edifícios, saquearam lojas e montaram barricadas nas estradas, acrescentaram.

Tudo começou no início desta semana com um projeto de lei proposto por Paris que estenderia os direitos de voto nas eleições locais a todos os cidadãos que residem na Nova Caledônia há 10 anos, algo que os oponentes dizem que correria o risco de diluir a influência dos indígenas

Kanak, que constituem cerca de 40% da população do território de quase 300.000 habitantes. Cerca de um quarto são descendentes de europeus e as ilhas estão sob controle francês desde que foram anexadas em 1853.

A iniciativa para alargar a votação seguiu-se a vários anos de negociações fracassadas entre Paris e grupos anti e pró-independência. De acordo com a lei atual, apenas as pessoas que vivem na Nova Caledônia desde pelo menos 1998 e os seus filhos com 18 anos ou mais podem vo-

tar nas eleições locais. Os neo-caledônios - incluindo aqueles que atualmente não são elegíveis para votar nas eleições locais - são automaticamente cidadãos franceses e têm direito a votar nas eleições nacionais, tal como se vivessem na França continental.

"Tudo o que resta para a França ter alguma influência internacional são os confetes do seu antigo império", disse Laurent Chalard, geógrafo e membro do Centro Europeu para Assuntos Internacionais.

DIPLOMACIA

Brasil comemora retirada de Cuba da lista dos EUA sobre terrorismo

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil comemorou, em nota publicada na quinta-feira passada, a decisão do governo dos Estados Unidos da América (EUA) de retirar Cuba da lista de países que considera que não cooperam contra o terrorismo. Por outro lado, o governo brasileiro condenou a manutenção da ilha caribenha na lista de países que patrocinam o terrorismo.

"O governo brasileiro tomou

conhecimento, com satisfação, da decisão do governo dos Estados Unidos de retirar Cuba da lista unilateral de países que não cooperam plenamente no combate ao terrorismo. O Brasil estima tratar-se de passo importante na direção correta e insta o governo norte-americano a excluir Cuba também de sua lista unilateral de Estados patrocinadores do terrorismo, da qual derivam pesadas e injustificadas sanções ao país caribenho", disse o Itamaraty.

De acordo com o governo

brasileiro, a manutenção de Cuba nessa outra lista é repudiada por "ampla maioria da comunidade internacional" e de forma unânime pelos países da América Latina e do Caribe, de acordo com a Declaração aprovada na última Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em Kingstown, na Jamaica, no dia 1º de março deste ano.

A mudança na postura dos Estados Unidos foi enviada em relatório do Departamento de Estado do país ao Congresso es-

tadunidense. De acordo com a agência Reuters, a lista manteve Coreia do Norte, Irã, Síria e Venezuela como países que não cooperam plenamente contra o terrorismo.

A retirada de Cuba da lista tem efeito simbólico uma vez que Washington mantém o embargo comercial e financeiro contra Cuba há mais de 60 anos. Já a inclusão do país caribenho na lista de patrocinadores do terrorismo foi feita no final do governo de Donald Trump, endurecendo restrições do embargo.

Em uma rede social, o chanceler cubano, Bruno Rodríguez, comentou que os EUA admitiram o que é conhecido por todos: "Cuba coopera plenamente com os esforços contra o terrorismo".

Nota**LUTA ANTIMANICOMIAL É CELEBRADA COM ATIVIDADES CULTURAIS NA CINELÂNDIA**

A praça da Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro, foi palco de uma grande mobilização nesta sexta-feira em torno da luta antimanicomial. Os participantes começaram a se concentrar às 11h e o ato durou toda a tarde, com diversas apresentações e intervenções culturais. A programação incluiu capoeira, bloco de carnaval, coral, roda de samba, saral, entre outras atrações. A mobilização ocorre às vésperas do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, celebrado anualmente no dia 18 de maio. A convocação foi do Núcleo Estadual do Movimento da Luta Antimanicomial (Nemla-RJ) e da Associação dos Cuidadores da Pessoa Idosa, da Saúde Mental e com Deficiência do Estado do Rio de Janeiro (Acierj). Em nota publicada nas redes sociais, as entidades defendem a urgência do fim dos manicômios.